**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO ESTADO DO PARANÁ – 31/01/2017**

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, as 9h15min, em primeira convocação na sala de reuniões no quarto andar das dependências da Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP, sito a rua Deputado Mário de Barros, 1290, Edifício Caetano Munhoz da Rocha, foi dado início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas – CONESD/PR. Presentes os Conselheiros que assinam a lista de presença, a Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, Sra. Diana de Lima e Silva, abriu a reunião, dando as boas-vindas aos presentes e solicita ajuda para lavratura da Ata, se voluntariando representante do CRP sra. Semiramis Vedovatto para lavrar a presente Ata. Foi solicitada a apresentação dos presentes considerando que havia novos conselheiros. A seguir a Presidente Diana, contando com o quorum absoluto (metade mais um, excetuando os dois representantes, ainda não nomeados, do Conselho Regional de Psicologia e da Associação Médica do Paraná, passa para a eleição da mesa diretora – pontuando que para vice presidência o regimento interno determinada ser entidade governamental, em contraponto a representação da sociedade civil na presidência do colegiado. Assim, a representante da Secretaria Estadual da Saúde, conselheira Maristela Souza comunica que se mantém candidata. A conselheira Dione Maria Menz parabeniza a iniciativa da SESA – de se manter candidata e propõe também que a representante do Ministério Público, conselheira Cristina C. Ruaro também se disponibilizasse para a vice presidência. Passado a discussão sobre o processo e questões regimentais, bem como acordado o uso preferencial do titulo de Conselheira/o para referenciar aos participes, dispensando assim o tratamento de Doutor ou Doutora. Após acordo entre os candidatos, a conselheira Maristela retira a candidatura em apoio a conselheira Cristina, passado a votação em regime aberto, aprovado por unamidade (não foram computados votos do CRP e da Associação Medica, porque ainda não nomeados). Conselheira Diana agradece e referenda o resultado da eleição. Passou-se a eleição da Secretaria Executiva, também vaga, a conselheira presidente Diana ressalta a importância do cargo da secretaria pela responsabilidade das atas e da guarda de documentações, bem como relação com a sociedade civil e do governo e indica a representante do DEPEN conselheira Rita de Cássia Naumam. A mesma agradece a indicação, contrapõe que tem receio de não conseguir corresponder, devido a questões relativas ao trabalho. A representante da Associação Comercial do Paraná conselheira Maria Lucia Gomes argumenta que na sua visão pessoal (descolada da entidade que representa e pensando na experiência que tem em outros conselhos) de que a SESP tem 4 conselheiros e seria interessante manter a Secretaria com representante da SESP, pois teria mais apoio para questões administrativas e estruturantes. A conselheira Rita se compromete junto com secretaria de ter assessoria (funcionaria da SESP) para ajudar nas questões burocráticas do Conselho, a conselheira Cristina relembra que foi encaminhado em reuniões anteriores de se conseguir um funcionário do SESP para apoio administrativo da SESP. Conselheira Diana comenta que conversou com Dr. Milaneze, chefe de gabinete do Secretário de Segurança, reiterando a questão de funcionário, ficando a cargo da conselheira Rosane Neumann, Diretora do Departamento de Políticas sobre Drogas, a responsabilidade pela tarefa, porém a mesma se encontra de férias.

Conselheira Dione faz observação sobre o funcionamento do Conselho Municipal e Estadual de Saúde, que tem articulação própria para se manter, aponta para a dificuldade do CONESD é de ter este apoio, e fundamental ter este apoio via DEPEN/SESP, mas que seja estratégia para que o Conselho possa ter uma equipe operacional para dar conta, por exemplo, de uma conferencia e pontua que na próxima reunião como ponto de pauta ver como está essa situação do apoio/assessoria técnica que prestará apoio administrativo ao Conselho. A conselheira Maria Lucia cita que o Conselho de Saúde tem lei e tem orçamento, a mesa diretora tem gestão de um ano estabelecido pelo regimento e que este ano terá eleição da mesa, e o Conselho de Saúde é paritário (50% usuários), diferente deste Conselho, também cita especificidades do funcionamento do Conselho, reforçando a questão da legislação. Cita também exemplo do Conselho de Politicas para Mulheres, as entidades são eleitas na conferencia. Conselheira Rita reforça o compromisso do apoio e também da necessidade de melhorar a questão da legislação deste conselho. Conselheira Diana agradece a disponibilidade da conselheira Rita, reconhecendo a necessidade de se ter apoio técnico, pois se encontra algumas vezes assoberbada com acúmulo de atividades que deveriam ser exercidas pela Secretaria Executiva. A representante suplente da Secretaria Estadual de Saúde – SESA, conselheira Marcia Steil pontua a questão de não se desarticular do Departamento de Politicas sobre Drogas. Conselheira Diana expõe a necessidade de ter apoio logístico e de ter secretarias, departamentos e divisões dos órgãos públicos que estejam afinados com o conselho, reconhece a importância do departamento e a necessidade de estar todos olhando na mesma direção, imbuídos do espírito de colaboração para melhoria da política pública sobre drogas. A secretária, conselheira Rita Naumann, foi eleita por unanimidade e saudada com salva de palmas. Conselheiro Joao Arcoverde, da SEJU, ressalta que no anteprojeto de lei que este conselho debatera nos próximos dias que se pense na figura de uma secretaria executiva vinculado a pasta de Politicas sobre Drogas. Conselheira Diana informa que solicitou agenda com o Secretario de Segurança, para tratar da posse, havendo necessidade de um auditório, e pensou talvez nos auditórios da SEJU, da qual o conselheiro João e a conselheira Juratriz se dispuseram a fazer esta articulação via departamento que estão vinculado. A conselheira Diana disse que a data de 21 de fevereiro, coincidiria com a agenda das reuniões, porém tem a questão do Secretario de Segurança estar de férias e que retornaria após o dia 20, ficamos portanto para ver a questão do auditório para marcar a cerimônia da posse, já que há necessidade de ter esse rito para a legitimação do Conselho, e decidir a data desse evento entre os dias 21 a 23 de fevereiro, também fica o entendimento de ver a possibilidade de outros auditórios de outros setores, ficando combinado que se tentara encaminhar a questão da data e auditório. A Presidente conselheira Diana passa a leitura e apreciação da ata de dezembro, realizada as correções que após a leitura e correções passa pela aprovação dos presentes e assinada. Passado ao próximo ponto de pauta, pela Presidente Conselheira Diana sobre os cursos de especialização e aconselhamento, da disponibilidade de virem para Curitiba dar o curso, a representante do CRP sra. Semiramis, pondera que os cursos ofertados têm base cientifica boa porém não tangencia a questão das politicas publicas e sobre redução de danos que também é uma política pública desde 2009, que devemos pensar sobre isto. Conselheira Maristela SESA, fala que fez a formação da

especialização que o curso ligado a uma instituição cientifica, fala que fez o curso, que é bom, que tem modulo sobre Redução de Danos, porém é feito com base mais cientifica, que tem foco diferente. A representante da SETI conselheira Lucilia Fontanari encaminha que devemos pensar em cursos para conselheiros, pensando nas IES do Estado da qual podemos utilizar, antes de curso de especialização pensar num curso para conselheiros para capacitação, estruturação e formação. A Conselheira Dione coloca que o curso focado num outro modelo, devemos ter cuidado pois estamos inseridos em politicas publicas e não na rede privada, fala sobre o CRR da UFPR que teve financiamento do SENAD, com 4 módulos, que teve ampla divulgação inclusive no CONESD. Importante ter um curso para formação, ter cuidado de não divulgar curso particular dentro do espaço publico, perdemos tempo e não extraímos temas importantes na área da politica publica para álcool e drogas. Conselheira Diana explica o motivo pelo qual trouxe a questão do curso e da sua importância, pois sabe que o CRR findou o processo de formação, e como soube da possibilidade de trazer o curso de renome, bastante respeitado pela especialização dos profissionais que ministram as aulas, queria informar a quem tivesse interesse, sem intenção de fazer propaganda de cursos particulares. O Conselheiro Thiago Massolin representante da COMPACTA propõe a formação de um grupo paralelo para ver quem tem a intenção de fazer o curso, encaminhando que quem tiver interesse que entre em contato com a Conselheira Diana para tentar viabilizar. Passado, o próximo ponto, sobre a apreciação do filme Cortina de Fumaça, sobre a importância de discutir a questão da descriminalização das drogas, e de alguns pontos polêmicos, ficando acordado para a próxima reunião fazer esta discussão, a conselheira Cristina contextualiza que a sugestão de ver este filme surgiu da necessidade trazido dentro do grupo de whatsapp, e que foi sugerido pelo então representante do CRP Conselheiro Frederico que assistisse este filme para discussão e ter este posicionamento, o CONESD não poderia se furtar a esta discussão, pois se trata de uma questão polemica. Cristina traz o exemplo das rebeliões, que trouxe a questão da descriminalização do porte, ponto polêmico, a descriminalização não resolveria a questão dos encarceramentos, não pode vincular a descriminalização a questão da lotação das penitenciarias. A questão e a falta de atenção devida a Lei de Execução Penal, esta lei teve vários encaminhamentos que foram esquecidos. A questão é relacionada a superlotação nas cadeias públicas, percebe-se a necessidade de ampliar o debate para descriminalização, fazer dialogo aberto, audiência publica que contemple todos os lados da questão, cita exemplo de audiência que trouxeram apenas palestrantes com um lado da questão (muito tempo para fala e pouco tempo para questionamentos e ficou nítido que os presentes eram contrários as colocações. Cita exemplo do debate Previda no CRP em que uma pessoa inquiriu o palestrante sobre dados e que ele respondeu que a estatística serve a quem pesquisa. A Conselheira Cristina cita a questão do endocanabinoides citado pelo médico no filme Cortina de Fumaça, que nunca ouviu falar, citando exemplos palestra da Roseli Lacerda. Representante da Associação Medica, médico Jacyr reporta que viu o filme, que entende que tem muitos buracos, que ha necessidade de ter posicionamento da Associação medica e do CRM. A Conselheira Dione fala do filme e do outro filme Quebrando o Tabu em que tem falas dos presidentes como o Fernando Henrique Cardoso, a questão que temos posições de pros e contras, explica que a fala feita sobre endocanabinoides é do professor

Carlini , da UNIFESP, que é uma autoridade internacional na área inclusive trabalhou nas Olimpíadas com a questão de doping e que falou no filme sobre o sistema endocanabinoide, temos que pensar que existem diferentes vertentes, que a estatística também pode ser falaciosa, pensar nesta discussão em varias óticas e possibilidades. A questão do filme era também para discutir perspectiva de redução de danos, falas trazidas são de pessoas de vários lugares do mundo, quando pensarmos em temas polêmicos relacionados em politicas publicas, pensar nas diferentes possibilidades, para além de uma simples troca de substancia, o conceito de Rd vai para além das questões da dependência química, a temática faz a gente pensar, temos que ver outras dimensões do filme, olhar o filme com olhar cientifico, estamos num momento que varias questões como o exemplo da conselheira Cristina aponta relacionado que traz a questão prisional, pensar também sobre politica publica, nos não representamos a nossa pessoa mas sim a nossa entidade, o que minha entidade vai fazer com isso como por exemplo pensar em cursos que abordem temas ligados a temática. Conselheira Juratriz Salete Nivas, da SEDS-Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, informa que não viu o filme, mas que na Associação Psicanalítica de Curitiba irão fazer um debate com este filme e convida a todos a participarem. Representante do CRP Sra. Semiramis coloca pontos ligados ao filme sobre criminalização do uso de drogas e sobre verdade cientifica tem várias posições e que devemos nos lembrar que a verdade tem vários lados. A Conselheira Lucilia Amaral Fontanari, representante da Secretaria de Estado de Tecnologia SETI fala da questão de não sermos ingênuos, mas mostra pontos de vista formado por grupo de pessoas que estuda esta temática. Pensar as questões sociais e por isso fica difícil, trabalho em universidade e sabe que jovens usam drogas em ambiente universitário, que fazem uso recreativo, ter posições para estas questões , ter olhar para todos os lados da questão, cita exemplos de rd. Antes de tudo isto, temos que pensar em quem estamos formando, nas famílias, nas escolas, na situação social lembrar que a droga traz satisfação e felicidade como no caso do álcool droga aceita socialmente. Temos que nos colocar e enfrentar, como cobrar do estado neste momento? Quando tem crime bárbaro e uma morte que vamos nos debruçar numa questão. Importante ter contraponto. Conselheiro Tiago, concorda com a fala da Conselheira Cristina, importante ter contrapontos e nos subsidiar questões, muitos eventos são realizados por uma ideologia politica, por militantes que se colocam seus títulos a frente, onde usam isso para influenciar as pessoas, ligados a extrema esquerda radical, aparelhando ambientes democráticos, imporem um pensamento sem dar chance para oposição, para dar contraponto, são falas lindas , aparentemente democráticas, mas tem outra intenção, o conselho não pode se deixar levar por estas ideologias. Conselheira Maristela, diz que quanto a psiquiatria e o posicionamento da SESA, com relação ao alcoolismo sabemos que as pessoas levam de 20 a 30 anos para buscar tratamento, quando não dá pra fazer muita coisa, temos uma população desinformada, que usa o álcool , desenvolvendo uma dependência de álcool, temos uma grande massa da população doente por causa do álcool, ao dados epidemiológicos apontam que o álcool afeta (só perde para o tabaco), como o filme mostra. O maior índice de morbidade esta ligado ao álcool que é uma droga licita e que isto pode acontecer se liberar a maconha. O que podemos fazer com estes dados. Quanto ao debate da maconha a ABP tem posição não favorável a legalização da maconha, os debates e congressos deixam claro a

preocupação dos malefícios que a cannabis traz, mas não nós negamos aos efeitos terapêuticos do uso de alguns derivados para uso terapêutico, cita o exemplo da autorização da ANVISA para uso terapêutico. Concorda com as falas, importante dar oportunidade das pessoas pensarem, lembra que havia exagero por exemplo sobre internação de pessoas em hospital psiquiátrico por uso de maconha, cita pesquisa do espanhol que diz que a Dependência Química não é causado pelas drogas, mas sim por uma vulnerabilidade social e genética, a pessoa pode ser dependente de álcool, da internet, da maconha, a questão da impulsividade, algumas drogas pioram isto apontando para a necessidade de projetos de prevenção e de evitar o primeiro uso na faixa dos 20 anos. Conselheiro Thiago, representante das Comunidades Terapêuticas, perguntou da atuação do Conesd na ajuda ao enfrentamento da drogadição e criticou a Rede da saúde, que deveria ser unificada para dar suporte de atendimento ao usuário, dependente químico e sua família. E sobre liberação de bebidas nos estádios, conforme quer o deputado Romanelli, disse que estar de acordo com a opinião do parlamentar quanto a incoerência da proibição dentro dos estádios e permitido o consumo ao redor desses, sugeriu que a proibição do uso deve ocorrer a 2 km do estádio. Explicou que muitos vêm assistir aos jogos bêbados ou dopados por outras drogas, porque fazem antes de chegarem ao estádio e no caminho quebram tudo. A conselheira Cristina, do MP, ponderou que se deve, então, impedir que entrem alcoolizados nos estádios, dentro da ideia de melhor restrição fora dos estágios, do que é possível com mudança na legislação. O conselheiro Soavinski afirmou que a Pastoral da Sobriedade já se posicionou contra o consumo em festas de igrejas, shows, festividades, estádios. E que nas igrejas católicas, em sua maioria, foi acatado o não consumo. Chamou atenção a consulta já realizada via eletrônica (virtual) onde 90% se posicionaram contra a liberação. Completou que em breve irá propor uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná sobre o tema. Nada mais tendo a tratar, a reunião é encerrada as 12h15min, e eu Semiramis Vedovatto, lavro a presente Ata.